

Maracanaú  
Geradora de  
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
Maracanaú Geradora de Energia S.A  
Fortaleza - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Maracanaú Geradora de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maracanaú Geradora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.586	26.594	Fornecedores	14	78.192	69.160
Contas a receber de clientes	5	20.672	27.813	Debêntures não conversíveis	15	54.529	218.399
Estoques	6	5.622	6.901	Arrendamentos financeiros a pagar	16	600	567
Adiantamentos a fornecedores	7	2.862	7.228	Impostos a recolher	17	2.476	4.806
Impostos a recuperar	8	2.856	3.739	Encargos com P&D a pagar	10	10.446	9.061
Despesas antecipadas		1.172	543	Dividendos a pagar	21	4.471	2.896
Outros créditos	10	<u>2.133</u>	<u>1.182</u>	Outras contas a pagar		<u>2.140</u>	<u>1.897</u>
Total do ativo circulante		<u>45.903</u>	<u>74.000</u>	Total do passivo circulante		<u>152.854</u>	<u>306.786</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais	9	26.222	24.476	Debêntures não conversíveis	15	125.837	-
Partes relacionadas	11	35.705	26.052	Arrendamentos financeiros a pagar	16	3.876	3.890
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4.629	10.599	Impostos a recolher	17	956	1.010
Outros créditos	10	2.365	2.365	Penalidades do CCEAR a pagar	20	27.065	25.740
Imobilizado	12	334.303	333.194	Provisão para passivos contingentes		<u>670</u>	<u>670</u>
Diferido	13	<u>878</u>	<u>1.102</u>	Total do passivo não circulante		<u>158.404</u>	<u>31.310</u>
Total do ativo não circulante		<u>404.102</u>	<u>397.788</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	21	122.207	122.207
				Reservas de capital	21	467	467
				Reservas de lucro	21	<u>16.073</u>	<u>11.018</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>138.747</u>	<u>133.692</u>
Total do ativo		<u>450.005</u>	<u>471.788</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>450.005</u>	<u>471.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	22	184.389	415.356
Custos da geração de energia	23	<u>(125.253)</u>	<u>(355.238)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>59.136</u></b>	<b><u>60.118</u></b>
Outras receitas		20	16.311
Despesas gerais e administrativas	24	(3.495)	(4.938)
Despesas tributárias	25	(324)	(1.666)
Outras despesas		<u>-</u>	<u>(30)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b><u>55.337</u></b>	<b><u>69.795</u></b>
Receitas financeiras		4.800	5.113
Despesas financeiras		<u>(47.538)</u>	<u>(63.886)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	26	<b><u>(42.738)</u></b>	<b><u>(58.773)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>12.599</u></b>	<b><u>11.022</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(5.969)</u>	<u>1.172</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>6.630</u></b>	<b><u>12.194</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Maracanaú Geradora de Energia S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	6.630	12.194
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>6.630</u>	<u>12.194</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>1.720</u>	<u>-</u>	<u>124.394</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.194	12.194
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal (nota 20)	-	-	610	(610)	-
Dividendos a distribuir (nota 20)	-	-	8.688	(8.688)	-
Dividendos distribuídos (nota 20)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.896)</u>	<u>(2.896)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>11.018</u>	<u>-</u>	<u>133.692</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.630	6.630
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal (nota 21)	-	-	332	(332)	-
Dividendos a distribuir (nota 21)	-	-	4.723	(4.723)	-
Dividendos distribuídos (nota 21)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.575)</u>	<u>(1.575)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>16.073</u>	<u>-</u>	<u>138.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	<u>6.630</u>	<u>12.194</u>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação	12.131	12.336
Amortização	224	224
Encargos financeiros das debêntures	33.936	46.192
Encargos financeiros dos arrendamentos financeiros	551	234
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	(1.328)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	5.969	(1.172)
Custo de transação relacionado à emissão de debêntures	<u>1.318</u>	<u>1.318</u>
	<b><u>60.759</u></b>	<b><u>69.998</u></b>
<b>Variações em:</b>		
Estoques	1.279	(886)
Contas a receber de clientes	7.141	40.315
Adiantamentos a fornecedores	4.366	(2.027)
Impostos a recuperar	882	(457)
Depósitos judiciais	(1.746)	(4.574)
Outros créditos	(1.579)	(32)
Contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar	11.840	(15.087)
Penalidades do CCEAR a pagar	1.325	3.453
Impostos a recolher	<u>(2.384)</u>	<u>3.400</u>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>81.883</u></b>	<b><u>94.103</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Valores oriundos de partes relacionadas - valores a receber	-	49.169
Valores destinados a partes relacionadas - valores a receber	(9.652)	(75.221)
Indenizações de seguros recebidas	-	14.931
Aquisição de imobilizado	<u>(14.420)</u>	<u>(7.782)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(24.072)</u></b>	<b><u>(18.903)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de debêntures - principal	(38.288)	(28.921)
Pagamentos de debêntures - juros	(34.998)	(30.431)
Pagamentos de arrendamento financeiro - principal	(271)	(208)
Pagamentos de arrendamento financeiro - juros	(262)	(176)
Dividendos pagos	<u>-</u>	<u>(13.457)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>(73.819)</u></b>	<b><u>(73.193)</u></b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(16.008)</u></b>	<b><u>2.007</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	26.594	24.587
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b><u>10.586</u></b>	<b><u>26.594</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A Maracanaú Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em agosto de 2007, por prazo determinado, com sede na Via de Ligação 3, s/n, Distrito Industrial III - DIF III, CEP 61.900-000, na cidade de Maracanaú/CE. Ela foi constituída com o objetivo de operar a UTE Maracanaú I, com 165 MW de potência instalada, de acordo com o resultado do 4º Leilão de Energia Nova do Ministério das Minas e Energia (MME), realizado em julho de 2007.

A Companhia entrou em operação comercial em 30 de dezembro de 2010, conforme Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 4091, de 29 de dezembro desse mesmo ano, passando, a partir daí, a receber as receitas fixas conforme estabelecido nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR’s), bem como receitas variáveis, quando demandada para a efetiva geração de energia.

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2017.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Termelétrica Pernambuco III e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

#### ***Vida útil e valor recuperável dos ativos***

O imobilizado e o intangível são depreciados e amortizados durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação e amortização limitadas ao prazo das concessões, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de “*impairment*” dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado.

### **3 Principais políticas contábeis**

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **(i) *Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis, bem como caixa e equivalentes de caixa.

##### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

##### **(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures (conforme escritura particular de emissão de debêntures simples), fornecedores, adiantamento de clientes e partes relacionadas.

**b. *Impairment de ativos não financeiros***

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**c. *Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, armazenamento e custos de produção, como as compras e o consumo do óleo.

**d. *Imobilizado***

***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

***Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**e. *Fornecedores***

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

**f. *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido***

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**g. *Reconhecimento de receita***

A receita de geração é reconhecida, mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de

energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos do ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos.

#### **h. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

### **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Caixa	1	1
Depósitos bancários à vista	6.799	22.276
Aplicações financeiras	<u>3.786</u>	<u>4.317</u>
<b>Total</b>	<b><u>10.586</u></b>	<b><u>26.594</u></b>

Os valores apresentados na conta de depósitos bancários à vista em 31 de dezembro de 2016 e 2015, referem-se, principalmente, à conta mantida junto ao Banco BTG, detentor da debênture emitida pela Companhia e estão sendo utilizados, no exercício atual, para quitação das obrigações correntes.

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais em torno de 102,5% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

### **5 Contas a receber de clientes**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Faturas a receber	158	7.987
Suprimento de energia a faturar	<u>20.514</u>	<u>19.826</u>
<b>Total</b>	<b><u>20.672</u></b>	<b><u>27.813</u></b>

A rubrica “Suprimento de energia a faturar” refere-se ao suprimento de energia realizado e ainda não faturado, enquanto que a rubrica de “Faturas a receber” refere-se ao suprimento de energia com as respectivas faturas emitidas, porém, pendentes de recebimento.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2016, além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, ou perspectiva futura de não recebimento portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **Ajuste a valor presente**

Em virtude do prazo médio de recebimento ser curto, a Administração da Companhia entende que o efeito de ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

## **6 Estoques**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Óleo combustível	3.632	6.306
Óleo diesel	144	249
Lubrificantes	290	-
Peças para manutenção	1.473	11
Outros estoques	<u>83</u>	<u>335</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.622</u></b>	<b><u>6.901</u></b>

## **7 Adiantamentos a fornecedores**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Wartsila Finlândia OU (i)	1.402	1.235
PCR Consultoria - Paulo César Rutzen	286	286
ABB Ltda.	263	263
Loprese - Locação e Prestação de Serviços Elétricos Ltda.	167	167
Tecman Serv - Tecnologia em Serviços Ltda.	120	120
Marine Power Serviços Ltda.	120	-
Petrobras Distribuidora S.A.	57	2.590
Alstom Grid Energia S.A.	-	2.123
Outros	<u>447</u>	<u>444</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.862</u></b>	<b><u>7.228</u></b>

(i) Adiantamento para compra de peças para manutenção.

## **8 Impostos a recuperar**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
IRPJ (a)	736	645
CSLL (a)	687	2.940
PIS (b)	285	15
COFINS (b)	1.134	127
Outros	<u>14</u>	<u>12</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.856</u></b>	<b><u>3.739</u></b>

**(a) IRPJ/CSLL**

Os créditos do IRPJ e da CSLL referem-se a pagamento de estimativa mensal a maior do que os valores dos impostos apurados, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2017.

**(b) PIS/COFINS**

Os créditos do PIS e da COFINS referem-se a recolhimento dessas contribuições a maior, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2017.

## 9 Depósitos judiciais

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Outros	669	1.370
Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE (a)	<u>25.553</u>	<u>23.106</u>
<b>Total</b>	<b><u>26.222</u></b>	<b><u>24.476</u></b>

**(a)** Os depósitos judiciais referem-se a contestações de penalidades aplicadas à Companhia pela CCEE, pelo não atendimento em sua totalidade a geração de energia de acordo com ordem de despacho do Operação Nacional do Sistema (ONS). A administração da Companhia embora tenha essa ação em andamento decidiu por reconhecer as despesas das penalidades aplicadas, conforme registrado na nota explicativa nº20. Os saldos dos depósitos judiciais são atualizados com base na variação da Selic, sendo aplicado o mesmo percentual de correção sobre o valor das obrigações “penalidades do CCEAR a pagar” (nota explicativa nº20).

## 10 Outros créditos

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Projetos P&D (a)	1.168	1.168
UTE Camaçari S.A. (b)	2.365	2.365
Outros	<u>965</u>	<u>14</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.498</u></b>	<b><u>3.547</u></b>
Circulante	<u>2.133</u>	<u>1.182</u>
Não circulante	<u>2.365</u>	<u>2.365</u>

**(a)** A Lei 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas concessionárias de serviços públicos do setor de energia, dentre elas as geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua ROL (Receita Operacional Líquida) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL, para os quais os montantes a serem empregados estão provisionados na rubrica Encargos com P&D a pagar, no passivo circulante,

Desde meados do primeiro semestre de 2011, a Companhia vem cumprindo essa obrigação, desenvolvendo, em conjunto com a Borborema Energética S.A., por meio de compartilhamento dos projetos de P&D, contratos com o Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande. Dois projetos foram iniciados, tendo um sido concluído e o outro em andamento.

Em função do longo período de cumprimento das ordens de despacho de energia a que vem sendo solicitada a atender nos últimos dois anos, o valor da receita da Companhia tem sido incrementado de forma considerável, resultando, conseqüentemente, em valores igualmente altos para destinação ao investimento em P&D. O valor apresentado na rubrica Encargos com P&D a pagar, no passivo circulante, decorre exatamente dessa condição, que fez com que as contratações para desenvolvimentos de novos projetos de P&D, por parte da Companhia, não acompanhasse o mesmo ritmo da geração de receita, resultando no acúmulo de valores altos na conta contábil dessa rubrica, o que deverá ser resolvido no decorrer do exercício de 2017.

**(b) UTE Camaçari S.A.**

Valor refere-se à venda de imobilizado à UTE Camaçari S/A.

## 11 Partes relacionadas

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Brasilterm Participações S.A.	26.052	-	26.052	-
Autódromo Energética S.A.	4.577	-	-	-
Boa Fé Energética S.A.	4.569	-	-	-
Quartel Um Energética S.A.	177	-	-	-
Quartel Dois Energética S.A.	182	-	-	-
Quartel Três Energética S.A.	148	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35.705</b>	-	<b>26.052</b>	-

A Companhia tem contrato de conta corrente cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de julho de 2012, sem previsão de cobrança de juros.

### **Remuneração da administração**

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, e não há valores alocados diretamente com administração na Companhia.

## 12 Imobilizado

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Ferramentas e outros	Imobilização em curso	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	4.925	1.497	378.174	532	309	254	12.982	398.673
Adições	-	-	7.689	5	83	5	-	7.782
( - ) Baixas	-	-	(15.815)	-	-	-	(18)	(15.833)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	4.925	1.497	370.048	537	392	259	12.964	390.622
Adições (a)	-	-	13.599	17	18	1.302	-	14.936
( - ) Baixas (a)	-	-	(1.697)	-	-	-	-	(1.697)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	4.925	1.497	381.950	554	410	1.561	12.964	403.861
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	-	(60)	(47.028)	(258)	(206)	(51)	-	(47.603)
Adições	-	(60)	(12.121)	(54)	(52)	(50)	-	(12.337)
( - ) Baixas	-	-	2.512	-	-	-	-	2.512
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	-	(120)	(56.637)	(312)	(258)	(101)	-	(57.428)
Adições	-	(60)	(11.772)	(54)	(61)	(184)	-	(12.131)
( - ) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	-	(180)	(68.409)	(366)	(319)	(285)	-	(69.559)
<b>Saldos líquidos</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.925	1.377	313.411	225	134	158	12.964	333.194
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.925	1.317	313.541	188	91	1.276	12.964	334.302

(a) O valor total das baixas de máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 1.697, refere-se à remessas para a empresa do grupo, Energética Suape II S.A. por força de contrato de comodato não oneroso. E, parte do valor das adições dessa mesma rubrica, no montante de R\$ 516, refere-se à devoluções de parte das máquinas e equipamentos efetuadas pela comodatária.

### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de provisão para perda do seu valor recuperável.

### 13 Diferido

A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou as Leis nº 11.638/07 e nº 6.404/76, manteve os saldos existentes no Diferido em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização, a qual será efetivada no prazo 10 (dez) anos após o início de suas operações. Estes gastos estão compostos da seguinte forma:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Despesas de organização e administração	1.686	1.686
Despesas financeiras, líquidas	554	554
Amortização acumulada	<u>(1.363)</u>	<u>(1.138)</u>
<b>Total</b>	<u><u>878</u></u>	<u><u>1.102</u></u>

### 14 Fornecedores

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	55.774	50.788
Wartsila Switzerland (b)	12.220	7.085
Wartsila Brasil Ltda. (c)	7.541	5.865
Wartsila Finlândia OY (b)	613	666
Axa Seguros S.A.	1.047	-
Transporte Rodoviário Nordeste Ltda.	121	398
Alstom Grid Energia S.A.	-	2.991
Bradesco seguros	-	197
Só Vedações Ltda.	-	173
Outros	<u>876</u>	<u>997</u>
<b>Total</b>	<u><u>78.192</u></u>	<u><u>69.160</u></u>

(a) Fornecedor de óleo combustível, óleo diesel e lubrificantes;

(b) Fornecedor de óleo combustível; e,

(c) Fornecedor de serviços de operação e manutenção da Usina (O&M).

### 15 Debêntures não conversíveis

	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento original</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Principal e encargos	10,36 % a.a. + IPCA	jan/2020	<u>180.366</u>	<u>218.399</u>
Circulante			<u>54.529</u>	<u>218.399</u>
Não circulante			<u>125.837</u>	<u>-</u>

**Primeira emissão de debêntures simples da Maracanaú Geradora de Energia S.A.**

Em 22 de dezembro de 2011 foi assinado pela Companhia o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, tendo como Agente Fiduciário a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com as seguintes características:

- **Montante de emissão:** R\$ 244.400
- **Quantidade de debêntures emitidas:** 2.444
- **Banco Mandatário e Escriturador:** Banco Bradesco S.A.
- **Destinação dos recursos:** aproximadamente: R\$ 150.000 para pagamento de dívidas bancárias; R\$ 65.000 para pagamento de saldos com partes relacionadas; e, R\$ 29.400 para pagamentos de despesas relacionadas às atividades corporativas da Companhia
- **Prazo de vencimento:** 8 anos
- **Amortização de principal:** 1º ano: 4% do volume; 2º ano: 6% do volume; 3º ano: 10% do volume; 4º ano: 12% do volume; 5º ano: 16% do volume; 6º ano: 16% do volume; 7º ano: 18% do volume; e, 8º ano: 18% do volume
- **Taxa da Transação:** IPCA + 10,36% ao ano
- **Pagamento de juros:** Mensal sem carência
- **Garantias:** Cumulativamente: (i) Cessão fiduciária dos Recebíveis; (ii) Alienação fiduciária das ações da Companhia; e, (iii) Alienação fiduciárias dos ativos operacionais da Companhia. Os recursos foram liberados em 10 de janeiro de 2012, efetuando-se, imediatamente, os pagamentos conforme compromisso assumido com o Agente Fiduciário, a saber: pagamento dos empréstimos e financiamentos bancários, pagamento de saldos com partes relacionadas e pagamento das despesas decorrentes da emissão das debêntures.

O vencimento das parcelas de juros e de amortização iniciaram-se em 15 de fevereiro de 2012 e encerram-se em 15 de janeiro de 2020.

***Cláusulas restritivas “covenants”***

A Companhia realizou, durante os exercícios de 2016 e 2015, transações de conta corrente com sua controladora Brasilterm Participações S.A. sem a prévia anuência dos debenturistas, conforme exigido pela escritura da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o que caracterizaria o vencimento antecipado da dívida. Não obstante, em 11 de fevereiro de 2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado e aprovado a não declaração do vencimento antecipado da dívida por parte dos debenturistas, de modo que foram mantidos os prazos atualmente existentes da escritura de emissão das debêntures.

**Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	31/12/2016	31/12/2015
2018	60.107	-
2019	60.669	-
2020	5.061	-
<b>Total</b>	<b><u>125.837</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 16 Arrendamentos financeiros a pagar

			31/12/2016	31/12/2015
	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento</b>		
Breitener Energética S.A.	6 % a.a. + IPCA	31/12/2024	4.476	4.457
Circulante			600	567
Não circulante			3.876	3.890

Refere-se ao arrendamento financeiro do terreno onde está instalada a Usina UTE Maracanaú I, conforme contrato firmado em 8 de outubro de 2007, entre a arrendadora Breitner Energética S.A. e a arrendatária Thermes Participações S.A., este cedido à Companhia em 1º de novembro de 2007. O valor do arrendamento é de R\$ 250 ao ano, atualizado pelo IPCA + 6% a.a., com um prazo de 206 meses, tendo início em 1º de novembro de 2007 e término em 31 de dezembro de 2024, tendo a Companhia opção de compra no final do contrato.

### Cronograma de desembolso do passivo não circulante

			31/12/2016	31/12/2015
2017			-	486
2018			600	486
2019			554	486
2020			554	486
Após o ano de 2020			2.168	1.946
<b>Total</b>			<b>3.876</b>	<b>3.890</b>

## 17 Impostos a recolher

			31/12/2016	31/12/2015
COFINS			1.367	2.991
Parcelamento de tributos federais - IRRF (a)			1.094	1.138
Impostos retidos a recolher			506	440
PIS			297	647
ICMS			148	266
INSS			20	243
CSLL			-	91
<b>Total</b>			<b>3.432</b>	<b>5.816</b>
Circulante			2.476	4.806
Não circulante			956	1.010

(a) A Companhia optou pela inclusão dos débitos dos tributos federais no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios.

Em julho de 2012 referidos débitos foram homologados e consolidados para pagamento em 160 meses.

### **Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
2017	-	128
2018	148	128
2019	148	128
2020	148	128
Após o ano de 2020	512	498
<b>Total</b>	<b>956</b>	<b>1.010</b>

## **18 Imposto de renda e contribuição social correntes**

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontra-se resumida a seguir:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>12.599</b>	<b>11.022</b>
(+) Custo de transação de operações financeiras (RDT)	1.318	1.318
(+) Diferença depreciação contábil x fiscal - bens baixados (RDT)	-	1.968
(+) Diferença depreciação contábil x fiscal	914	808
(+) Juros sobre arrendamentos financeiros	551	234
(+) Despesas indedutíveis	40	588
(-) Amortização do diferido (RDT)	(79)	(79)
(-) Diferença depreciação contábil x fiscal	(23.544)	(24.241)
(-) Pagamentos de parcelas de arrendamentos financeiros	(533)	(384)
(-) Receita de indenização de seguros	-	(14.932)
<b>Prejuízo fiscal do exercício</b>	<b>(8.734)</b>	<b>(23.698)</b>

## **19 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	28.939	27.635
Impostos diferidos sobre ativo diferido	107	134
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>29.046</b>	<b>27.769</b>
Impostos diferidos sobre diferença depreciação contábil x fiscal	(23.072)	(15.377)
Impostos diferidos sobre custo de transação de financiamentos	(1.345)	(1.793)
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(24.417)</b>	<b>(17.170)</b>
<b>Total do ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>4.629</b>	<b>10.599</b>

### Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal - Ativo

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$28.939 (R\$ 27.635 em 31 de dezembro de 2015), são decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sua recuperação está baseada nas perspectivas e projeções de geração de lucros tributáveis futuros, conforme segue:

#### Recuperabilidade

	31/12/2016	31/12/2015
No ano de 2016	-	1.884
No ano de 2017	-	1.614
No ano de 2018	-	2.115
No ano de 2019	1.060	2.126
No ano de 2020	4.238	5.368
No ano de 2021	4.618	6.156
Após 2022	19.023	8.372
	<u>28.939</u>	<u>27.635</u>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

## 20 Penalidades do CCEAR a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
CCEE (a)	25.553	23.107
ANEEL	<u>1.512</u>	<u>2.633</u>
<b>Total</b>	<b><u>27.065</u></b>	<b><u>25.740</u></b>

- (a) No exercício de 2013 a Companhia foi informada por meio de sítio eletrônico da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que descumpriu, devido à falta de combustível, a geração mínima de energia acordada no Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Para estas notificações foram realizados depósitos judiciais, conforme Nota explicativa nº 10, os quais são atualizados com base na variação da Selic, sendo aplicado essa mesma correção no saldo das penalidades a pagar.

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 103.265.200 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 122.207 todas de propriedade da empresa Brasilterm Participações S.A., estas adquiridas em maio de 2014.

**b. Reserva de capital**

***Reserva de incentivo fiscal federal***

A Companhia é beneficiária do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, concedido por 10 (dez) anos, durante o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2022, conforme Laudo Constitutivo da SUDENE nº 0037/2013, expedido em 31 de maio de 2013. O valor desse benefício fiscal, por determinação legal é destinado à reserva de capital (reserva de incentivo fiscal federal), sendo que no exercício de 2016 a Companhia não usufruiu do benefício de redução do imposto de renda, uma vez que a mesma apurou prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo da reserva de incentivo fiscal federal é de R\$ 467.

**c. Reservas de lucro**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$332 (R\$610 em 2015) foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de reserva legal é de R\$2.662 (R\$2.330 em 31 de dezembro de 2015).

***Dividendos***

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante no valor de R\$4.471 (R\$1.575 do exercício de 2016 e R\$2.896 do exercício de 2015) refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, assegurado para os acionistas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos adicionais, demonstrados no patrimônio líquido no valor de R\$13.411 (R\$4.723 do exercício de 2016 e R\$8.688 do exercício de 2015), foram propostos para deliberação pela assembleia geral de acionistas.

## 22 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de energia - parcela fixa	111.079	101.388
Suprimento de energia - parcela variável	82.825	334.817
Suprimento de energia - parcela excedente	11.759	27.047
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>205.663</b>	<b>463.252</b>
PIS	(3.393)	(7.644)
COFINS	(15.630)	(35.207)
ICMS	(356)	(892)
Encargos com P&D	(1.895)	(4.153)
<b>Deduções da receita operacional bruta (impostos e P&amp;D)</b>	<b>(21.274)</b>	<b>(47.896)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>184.389</b>	<b>415.356</b>

## 23 Custo de geração de energia

	31/12/2016	31/12/2015
Óleo combustível	(66.117)	(274.041)
Óleo Diesel	(1.632)	(536)
Lubrificantes	(1.932)	(8.060)
Aquisição de lastro	(9.213)	(12.627)
Custos com pessoal	(5.843)	(1.623)
Custo de conexão	(19.566)	(18.436)
Depreciação e amortização	(11.814)	(12.026)
Serviços de operação e manutenção (parcela fixa)	(2.886)	(9.337)
Serviços de operação e manutenção (parcela variável)	(938)	(2.595)
Serviços diversos com manutenção dos equipamentos	(1.501)	(206)
Outros serviços terceirizados	(387)	(532)
Peças para manutenção	(149)	(12.171)
Aluguéis e arrendamentos	(1.030)	(883)
Prêmios de seguros	(990)	(851)
Custos gerais	(1.255)	(1.314)
<b>Total</b>	<b>(125.253)</b>	<b>(355.238)</b>

## 24 Despesas administrativas e gerais

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal	(601)	(1.139)
Serviços de auditoria, consultoria e assessoria	(1.101)	(1.340)
Honorários advocatícios	(204)	(96)
Serviços de segurança	(669)	(705)
Serviços com limpeza, manutenção e conservação	(356)	(258)
Outros serviços terceirizados	(24)	(110)
Multas fiscais indedutíveis	-	(495)
Outras despesas	(540)	(795)
<b>Total</b>	<b>(3.495)</b>	<b>(4.938)</b>

## 25 Despesas tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
COFINS sobre demais receitas	(180)	(1.202)
PIS sobre demais receitas	(30)	(257)
ICMS	(11)	(30)
IOF	(5)	(107)
Outras despesas	(98)	(70)
<b>Total</b>	<b>(324)</b>	<b>(1.666)</b>

## 26 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos das debêntures	(37.306)	(48.984)
Juros passivos	(7.733)	(12.685)
Juros e multas de mora	(2.037)	(1.987)
Variação cambial passiva	(338)	(154)
Outras	(124)	(76)
<b>Total de despesa financeira</b>	<b>(47.538)</b>	<b>(63.886)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	415	437
Juros ativos	3.497	4.655
Descontos obtidos	888	-
Outras	-	21
<b>Total receita financeira</b>	<b>4.800</b>	<b>5.113</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(42.738)</b>	<b>(58.773)</b>

## 27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### **Valor justo versus valor contábil**

A Administração da Companhia revisou os instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação

e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativo	Mensuração	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Financiamentos e recebíveis</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	10.586	10.586	26.594	26.594
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	20.672	20.672	27.813	27.813
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	78.192	78.192	69.160	69.160
Debêntures	Custo amortizado	180.366	226.248	218.399	264.336

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto debêntures, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um, método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível	Contábil		Valor Justo	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	<b>Nível 1</b>	10.586	26.594	10.586	26.594
<b>Passivo</b>					
Debêntures	<b>Nível 2</b>	180.366	218.399	226.248	264.336

### Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando

tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

- **Fornecedores:** Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.
- **Empréstimos e financiamentos:** Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.
- **Contratos de mútuo:** Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

**Administração financeira de risco**

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

**a. Risco de liquidez**

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	78.192	78.192	78.192	-	-	-	-
Debêntures	180.366	291.275	58.497	58.497	58.497	4.875	

**b. Risco de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.586	26.594

**c. Risco de mercado**

*Risco de taxa de juros*

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	10.586	26.594
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	78.192	69.160
Debêntures	180.366	218.399

***Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2016***

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IPCA em 31 de dezembro de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

***Instrumentos financeiros passivos***

*Debêntures*

	-50%	-25%	Provável	25%	50%
Exposição líquida IPCA	5.671	8.506	11.342	14.177	17.012
Impacto da variação	(5.671)	(2.835)		2.835	5.671

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

***Definição de valor justo***

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou a taxa média de IPCA, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando o IPCA do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

***Gestão de risco de estrutura de capital***

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

***Principais ativos e passivos financeiros***

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Clientes;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

## **28 Provisão para passivos contingentes**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração considera as informações de seus assessores jurídicos e segue critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia constituiu provisão para passivos contingentes mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, no montante de R\$ 670 (R\$ 670 em 31/12/2015).

Em 31 de dezembro de 2016, as causas como probabilidade de perda possível montavam em R\$ 48.085, para quais as praticas contábeis no Brasil não requerem o registro de provisão.